REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

INSTITUCIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA DO PPGDR/UNC, 2006–2021

INSTITUTIONALIZATION AND EXPANSION OF THE SCIENTIFIC CAPACITY OF PPGDR/UNC, 2006–2021

Ciências Sociais Aplicadas • 14/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794392677

Solange Salete Sprandel da Silva[1]

Jairo Marchesan[2]

RESUMO

Neste artigo, é reconstruída a trajetória do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (PPGDR/UNC), entre 2006 e 2021, com foco na formação progressiva de suas estruturas acadêmicas e de pesquisa. O objetivo é examinar como a implantação do Mestrado, seu reconhecimento formal, a organização das linhas e do currículo, os ciclos de avaliação e a criação do Doutorado configuraram a expansão da capacidade científica do Programa. Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter longitudinal. Analisa registros da CAPES, documentos institucionais da UNC, a proposta de criação do Doutorado e os registros de projetos, eventos, ações de extensão e a produção bibliográfica docente. Na trajetória, evidenciam-se três movimentos: implantação do Mestrado em 2006 e reconhecimento formal em 2008; consolidação acadêmica entre 2009 e 2018, com diversificação das linhas, reorganização curricular e elevação do conceito CAPES de 3 para 4; e expansão para o Doutorado, cuja proposta foi autorizada pelo Conselho Universitário em 2019, obteve reconhecimento formal em 2020 e iniciou a primeira turma em 2021. Conclui-se que a expansão decorreu de um processo gradual de acumulação e articulação de estruturas, embora os registros não permitam atribuir efeitos territoriais diretos à produção científica.

Palavras-chave: Pós-Graduação; Desenvolvimento Regional; PPGDR/UNC; capacidade científica; institucionalização.

ABSTRACT

This article reconstructs the trajectory of the Graduate Program in Regional Development at the University of Contestado (PPGDR/UNC) from 2006 to 2021, focusing on the gradual development of its academic and research structures. It examines how the launch and formal recognition of the Master's program, the

organization of its research lines and curriculum, evaluation cycles, and the creation of the Doctoral program shaped the expansion of the Program's scientific capacity. The study uses a longitudinal documentary approach and analyzes CAPES records, UNC institutional documents, the Doctoral program proposal, and records of research projects, events, outreach activities, and faculty scholarly output. The trajectory reveals three phases: the launch of the Master's program in 2006 and its formal recognition in 2008; academic consolidation between 2009 and 2018, marked by diversification of research lines, curriculum reorganization, and an increase in the CAPES rating from 3 to 4; and expansion to the Doctoral level, with the proposal approved in 2019, formal recognition in 2020, and the first cohort beginning in 2021. The article concludes that this expansion reflected a gradual process of accumulating and coordinating academic structures, although the records do not establish direct territorial effects of the scientific output.
Keywords: Graduate education; Regional Development; PPGDR/UNC; scientific capacity; institutionalization.

1. INTRODUÇÃO

A trajetória de um programa de pós-graduação pode ser examinada pelas estruturas que tornam possível a formação avançada e a continuidade da pesquisa: oferta de cursos, organização de linhas, composição docente, currículo, projetos e reconhecimento por sistemas de avaliação. No caso da Universidade do Contestado (UNC), a criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) marcou a implantação de uma formação acadêmica stricto sensu, orientada ao desenvolvimento

regional e à produção de conhecimento, em uma universidade multicampi do interior catarinense.

Essa trajetória também se insere em um contexto regional de expansão desigual da pós-graduação. Tischer e Turnes (2023) mostram que a ampliação da oferta no interior da Região Sul conviveu com a concentração da excelência em universidades consolidadas nas capitais e nos grandes centros urbanos.

O Mestrado em Desenvolvimento Regional iniciou suas atividades em 2006 e obteve reconhecimento formal em 2008. Nos anos seguintes, o Programa reorganizou suas linhas e sua estrutura curricular, ampliou a agenda de pesquisa e passou por ciclos de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em 2019, a UNC submeteu a proposta de criação do Doutorado em Desenvolvimento Regional, que foi aprovada naquele mesmo ano, tendo, em 2021, iniciado a primeira turma. Com essa sequência, é possível acompanhar a passagem de um curso de Mestrado em implantação para uma estrutura de formação também em nível doutoral.

Este estudo parte da seguinte questão: como se desenvolveu a trajetória do PPGDR/UNC entre 2006 e 2021 e quais mudanças documentam a expansão de sua capacidade científica? O objetivo consiste em reconstruir esse percurso, com destaque para a formação progressiva das estruturas acadêmicas e de pesquisa. A análise, nesse sentido, mobiliza discussões sobre institucionalização, avaliação da pós-graduação e expansão regional para contextualizar a trajetória do Programa.

A exposição dos procedimentos e da análise dos fatos e documentos está organizada, neste artigo, em quatro partes, além desta introdução. Na segunda parte, são apresentados os eixos usados para interpretar institucionalização e capacidade científica. Na terceira, descrevem-se o percurso metodológico e as fontes. Na quarta, é reconstruída a trajetória em três períodos: implantação do Mestrado, desenvolvimento acadêmico e avaliativo, e expansão para o Doutorado. Na última parte, a conclusão sintetiza os resultados e os limites documentais.

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO E CAPACIDADE CIENTÍFICA EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Neste artigo, institucionalização é compreendida como um processo gradual pelo qual uma iniciativa acadêmica passa a contar com reconhecimento formal e estruturas relativamente estáveis de funcionamento. No caso de um programa de pós-graduação, esse processo pode ser observado na constituição da área de concentração e das linhas de pesquisa, na definição curricular, na composição e atuação do corpo docente, na organização de projetos e na integração entre formação e pesquisa. A existência de normas ou estruturas, isoladamente, não comprova seu funcionamento efetivo; por isso, a análise documental considera, conjuntamente, registros de planejamento, execução e avaliação.

A institucionalização de um programa de pós-graduação envolve a constituição de estruturas acadêmicas e mecanismos de coordenação capazes de articular objetivos institucionais, organização administrativa e produção do conhecimento. A contribuição de Clark (1983) para a análise dos sistemas de educação superior destaca a interação entre Estado, mercado e oligarquia

acadêmica na coordenação das atividades universitárias. Essa perspectiva permite examinar a trajetória do PPGDR não apenas pela sucessão de atos de reconhecimento e avaliação, mas pela formação de estruturas de decisão, organização acadêmica e sustentação das atividades de pesquisa. A criação de linhas, a reorganização curricular, a composição docente e a ampliação dos níveis de formação constituem dimensões articuladas desse processo.

Essa compreensão dialoga com a análise histórica de Trevisol (2025), que situa a institucionalização da pesquisa nas instituições de educação superior, no desenvolvimento da pós-graduação e de seus marcos regulatórios.

Capacidade científica, por sua vez, é tratada como a possibilidade institucional de sustentar atividades de pesquisa e formação avançada ao longo do tempo. Para observá-la, neste estudo, foram considerados indicadores de estrutura e atividade, como diversificação das linhas de pesquisa, organização curricular, projetos cadastrados, formação de mestres, avaliação externa e criação do doutorado. Esses elementos descrevem dimensões complementares, mas não são equivalentes. O número de projetos, por exemplo, informa sobre a agenda de pesquisa registrada, mas não permite inferir, automaticamente, sua continuidade, qualidade ou impacto social. Como referência metodológica para o exame dos projetos registrados em programas de pós-graduação, Ferro (2023) mapeou iniciativas de pesquisa em diferentes instituições e áreas do conhecimento. Embora seu objeto de estudo seja a Gastronomia, o trabalho oferece subsídios para tratar os projetos como registros de atividade científica, sem atribuir a esses dados, isoladamente, valor de medida da qualidade ou do impacto da pesquisa.

A abordagem das capacidades de Sen (2010) amplia essa compreensão ao considerar as condições efetivas que possibilitam aos indivíduos desenvolver conhecimentos, exercer escolhas e ampliar suas oportunidades de atuação. Aplicada à dimensão formativa da pós-graduação, essa perspectiva contribui para relacionar a formação de mestres e doutores à constituição de capacidades humanas e profissionais, sem reduzir os resultados acadêmicos à quantidade de titulados ou de publicações. A continuidade da formação, a organização de grupos e projetos de pesquisa e a ampliação dos níveis de titulação representam dimensões institucionais que favorecem a produção e a circulação do conhecimento.

A capacidade científica das instituições de educação superior relaciona-se, ainda, às condições de autonomia para definir prioridades, organizar estruturas acadêmicas e sustentar atividades de pesquisa. A distinção entre autonomia formal e condições efetivas de seu exercício, presente nas discussões de Marginson (2007), contribui para examinar a institucionalização para além do reconhecimento normativo. A existência de autorização para ofertar cursos e da correspondente estrutura regulatória constitui condição necessária, mas não suficiente, para a continuidade da pesquisa. A formação de capacidade científica depende da articulação entre decisões institucionais, recursos, composição docente, organização acadêmica e condições de manutenção das atividades ao longo do tempo.

A governança acadêmica expressa os mecanismos pelos quais essas condições são organizadas e convertidas em decisões e práticas institucionais. A articulação entre estruturas de gestão, instâncias colegiadas e comunidade acadêmica envolve a definição de

prioridades, a organização das linhas de pesquisa, a distribuição de responsabilidades, a integração entre ensino e investigação e a continuidade dos projetos institucionais. Na perspectiva de Clark (1983), a coordenação universitária resulta da interação entre diferentes instâncias e atores; em diálogo com Marginson (2007), essa organização deve ser compreendida considerando os condicionantes regulatórios, financeiros e institucionais que incidem sobre a atuação das universidades. A autonomia, nessa perspectiva, não corresponde à independência absoluta em relação ao Estado, aos sistemas de avaliação ou às condições materiais de funcionamento, mas às possibilidades efetivas de decisão e organização acadêmica dentro dessas relações.

No caso do PPGDR/UNC, a evolução das linhas de pesquisa, a revisão dos instrumentos normativos, a ampliação da formação acadêmica e a implantação do doutorado constituem evidências de um processo de organização e fortalecimento da capacidade científica. Esses movimentos podem ser examinados como expressões da governança acadêmica, entendida como o conjunto de processos decisórios e mecanismos de coordenação que orientam o desenvolvimento do Programa. Essa interpretação não pressupõe que a autonomia institucional tenha produzido, isoladamente, a expansão observada, mas considera sua relação com as condições de gestão, os marcos regulatórios e as escolhas acadêmicas que marcaram a trajetória do PPGDR entre 2006 e 2021.

A orientação regional de um programa de pós-graduação pode ser examinada a partir da relação entre produção do conhecimento e processos de desenvolvimento territorial. Boisier (1996) destaca a importância dos fatores endógenos, das capacidades de organização e da articulação dos atores na construção do

desenvolvimento regional. Essa abordagem contribui para compreender a universidade de vocação regional como instituição que, além de ofertar formação avançada, organiza condições para produzir conhecimento relacionado às especificidades territoriais. No caso do PPGDR/UNC, essa orientação aparece na área de concentração, nas linhas de pesquisa e nas agendas documentadas desde sua implantação, embora a identificação de seus efeitos territoriais exija procedimentos específicos.

Essa delimitação distingue a orientação regional do Programa da demonstração de efeitos da produção científica sobre o território. A presença de temas relacionados ao Contestado ou ao Planalto Norte nas agendas de pesquisa evidencia a vinculação temática com questões regionais, mas não comprova, isoladamente, a capacidade de produzir mudanças territoriais. Este estudo concentra-se na trajetória de institucionalização e nas condições acadêmicas documentadas do PPGDR/UNC entre 2006 e 2021. A localização geográfica e a centralidade territorial das dissertações, assim como os efeitos de sua produção, constituem dimensões que demandam procedimentos analíticos específicos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos, e delineamento documental de caráter longitudinal. O recorte temporal compreendeu o período 2006 a 2021, ou seja, desde o início das atividades do Mestrado até o início da primeira turma do Doutorado. Registros anteriores, como a avaliação do ciclo 2004–2006 e a Coleta de Dados da CAPES referente ao ano-base de 2007, foram utilizados como antecedentes da implantação e não como representação exclusiva do período posterior.

Os registros de eventos, projetos ou ações de extensão e a produção bibliográfica (artigos, livros e capítulos de livros) foram reunidos com base em documentos institucionais do PPGDR/UNC e nos currículos Lattes, consultados e agrupados por período.

O corpus documental reuniu registros da Coleta de Dados da CAPES referentes aos anos-base de 2007, 2010 e 2012; avaliações do Programa relativas aos ciclos de 2004–2006, 2010–2012, 2013–2016 e 2017–2020; o Regimento Interno de 2012; o Projeto Pedagógico de 2014; o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015–2019; a proposta de criação do Doutorado (APCN nº 526/2019); e a ficha de avaliação da proposta. Foram considerados, ainda, registros de projetos de pesquisa, dissertações e documentos institucionais citados no material analisado.

A coleta consistiu na identificação e organização de informações sobre marcos de criação e reconhecimento, linhas de pesquisa, currículo, corpo docente, projetos, formação e avaliações. A interpretação observou linha cronológica e temática: os documentos foram comparados para identificar mudanças, continuidades e limites dos registros. Os dados quantitativos de projetos foram agrupados segundo os períodos e as linhas de pesquisa indicados no material de origem. Deve-se registrar que a leitura não presumiu causalidade entre avaliação, recursos institucionais e expansão, nem atribuiu efeitos territoriais que não estivessem demonstrados pelas fontes.

4. TRAJETÓRIA ACADÊMICA E EXPANSÃO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA

4.1. Implantação e Reconhecimento do Mestrado

A implantação do Mestrado em Desenvolvimento Regional constituiu um marco na formação de pesquisadores e na organização da pesquisa em nível stricto sensu na UNC, tendo a primeira turma iniciado as atividades em 17 de agosto de 2006. No âmbito estadual, o Parecer CEDS nº 42, de 22 de maio de 2006, tratou da comunicação de implantação; no âmbito nacional, o Parecer CNE/CES nº 165/2006, aprovado em 8 de junho de 2006, deliberou favoravelmente ao reconhecimento do curso. A formalização do reconhecimento foi registrada em 2008 pelo Decreto estadual nº 1.531, de 15 de julho, e pela Portaria MEC nº 524, de 29 de abril do mesmo ano. Esses marcos distinguem o início da oferta, as deliberações favoráveis e os atos de reconhecimento (Brasil, 2006, 2008; Conselho Estadual de Educação (Santa Catarina), 2006; Gumbowsky; Milani; Bazzanella, 2016; Santa Catarina, 2008).

Os registros da CAPES referentes ao ano-base de 2007 documentam a linha Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, vinculada à área de concentração Desenvolvimento Regional. A agenda então cadastrada articulava temas socioeconômicos, políticos e culturais em escalas distintas. Entre os projetos, constavam pesquisas sobre: trabalho infantil na produção de fumo; planejamento governamental nos estados do Sul; transferência de renda; patrimônio cultural; recursos hídricos; setor florestal; e microbacias de Canoinhas, além de estudos sobre redes sociotécnicas e regiões metropolitanas (CAPES, 2007b).

A avaliação do ciclo 2004–2006 registrou compatibilidade entre a formação diversificada do corpo docente e os objetivos do Programa, mas também apontou desafios de integração entre projetos e de delimitação da linha de pesquisa, tendo a comissão recomendado maior focalização temática e articulação das

investigações. Esse diagnóstico caracterizava a fase inicial e oferecia um parâmetro para acompanhar as mudanças posteriores, sem representar toda a trajetória do PPGDR (CAPES, 2010d).

4.2. Organização Acadêmica e Avaliação do Mestrado (2009–2018)

Em 2010, os registros da CAPES passaram a indicar a linha Gestão, Território e Desenvolvimento, ao lado de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. A nova linha ampliou a estrutura formal da agenda científica e explicitou temas de gestão pública, privada e social, ambiente e diferentes escalas territoriais. Os projetos das duas linhas incluíam: agricultura familiar; recursos hídricos; mudanças climáticas; riscos socioambientais; cobertura do solo; e desenvolvimento regional (CAPES, 2010).

A avaliação do triênio 2010–2012 reconheceu maior coerência entre os objetivos, a área de concentração e as linhas de pesquisa, além de melhora na articulação entre ensino e pesquisa. Os registros de 2012 confirmavam a manutenção das duas linhas e a continuidade da diversidade temática. As investigações abrangiam municípios e microrregiões catarinenses, o Planalto Norte, Santa Catarina, a Região Sul e a Região Metropolitana de Curitiba. Assim, a referência ao Contestado convivia com pesquisas de alcance territorial mais amplo (CAPES, 2013a; CAPES, 2012).

A composição interdisciplinar do corpo docente foi outro componente da organização acadêmica. Gumbowsky, Milani e Bazzanella (2016) identificaram formações em áreas, como Educação, Economia, Engenharia, Agronomia, Geografia, Serviço Social, Filosofia e Ciências Sociais. Dados institucionais do Programa registram que, entre 2010 e 2012, o corpo docente permanente

passou de oito para dez integrantes, além de apontar seis pesquisas concluídas e onze estavam em andamento (UNC, s.d.). Como esses dados provêm de registro produzido pelo próprio Programa, eles servem para documentar atividade e condições acadêmicas do período, mas não substituem a avaliação externa.

A organização curricular acompanhou a configuração das linhas. O Regimento Interno aprovado em 2012 e o Projeto Pedagógico de 2014 articularam disciplinas, projetos e formação em torno de: Estado e sociedade; teorias do desenvolvimento; metodologia da pesquisa; políticas públicas; gestão; e território. A matriz curricular previa componentes comuns e disciplinas relacionadas às linhas. O Regimento fixava integralização mínima de 33 créditos e prazo regular de 24 meses, com possibilidade de prorrogação mediante deliberação do Colegiado (UNC, 2012; 2014).

As avaliações externas registravam uma mudança no reconhecimento do curso. Na avaliação divulgada em 2013, o Mestrado recebeu conceito 3; no resultado da avaliação quadrienal de 2013–2016, divulgado em 2017, alcançou conceito 4 (CAPES, 2013c, p. 55; CAPES, 2017b, p. 78).

A comissão também reconheceu articulação entre objetivos, área de concentração, linhas e disciplinas. A elevação do conceito sinalizava avanço avaliativo, mas não identificava, isoladamente, quais fatores produziram esse resultado, devendo, portanto, ser interpretada em conjunto com as evidências sobre corpo docente, currículo, pesquisa e produção.

A análise dos registros institucionais de projetos do PMDR/PPGDR identificou 50 projetos entre 2010 e 2021. O levantamento agrupou

esses registros em três períodos e os classificou segundo os eixos temáticos associados às linhas de pesquisa. O Quadro 1 apresenta essa distribuição.

Quadro 1. Projetos de pesquisa do PMDR/PPGDR, por período e classificação temática associada às linhas de pesquisa (2010–2021)

Período	Total de projetos	Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	Gestão, Território e Desenvolvimento
2010–2014	17	9	8
2015–2018	9	5	4
2019–2021	24	13	11
Total	50	27	23

Fonte: elaboração da autora, com base nos registros institucionais de projetos de pesquisa do PMDR/PPGDR (2010–2021); classificação temática elaborada para o estudo.

A distribuição dos 50 projetos revela equilíbrio relativo entre as linhas, com pequena predominância da Linha I, que concentra 27 registros (54%), diante dos 23 da Linha II (46%). Esse padrão permaneceu nos três períodos: em 2010–2014, a Linha I reuniu nove projetos e a Linha II, oito; em 2015–2018, cinco e quatro; e, em 2019–2021, treze e onze, respectivamente. A série mostra redução no período intermediário e elevação no último, que concentra 24 projetos em três anos. O registro anual não apresentou projetos em 2010 e 2016 e apontou os maiores totais em 2020 e 2021, com oito e dez projetos, respectivamente. Essa distribuição, embora evidencie

atividade de pesquisa nas duas linhas, não informa a duração dos projetos, seus produtos ou seus efeitos.

A distribuição dos projetos entre as duas linhas evidencia a coexistência de agendas de investigação relacionadas às políticas públicas e às dinâmicas de gestão e organização territorial. A proximidade quantitativa entre os registros sugere que a estrutura acadêmica do Programa comportou diferentes perspectivas de investigação, articuladas à área de concentração em Desenvolvimento Regional. Essa diversidade constitui uma dimensão da capacidade científica institucional, na medida em que amplia os espaços de investigação e formação. Sua efetividade, entretanto, não pode ser aferida apenas pelo número de projetos cadastrados, exigindo a consideração de sua execução, dos produtos gerados e de sua articulação com a formação discente.

Para ampliar a caracterização das atividades do Programa para além dos projetos de pesquisa, no Quadro 2, são organizados, em três períodos, os registros de eventos e de projetos ou ações de extensão do PMDR/PPGDR entre 2010 e 2021. A classificação distingue os eventos das ações de extensão e situa essas iniciativas na trajetória acadêmica do Programa.

Quadro 2. Eventos e projetos ou ações de extensão do PMDR/PPGDR, por período (2010–2021)

Período	Eventos do Programa	Projetos e ações de extensão	Total
2010–2014	38	0	38
2015–2018	21	12	33

2019–2021	13	23	36
Total	**72**	**35**	**107**

Fonte: elaboração própria, com base nos registros de eventos e de projetos ou ações de extensão do PPGDR/UNC e nos currículos Lattes consultados.

A série reúne registros de 72 eventos e 35 projetos ou ações de extensão, totalizando 107 atividades. A composição dos registros mudou ao longo do período: o número de eventos caiu de 38 para 21 e, depois, para 13; já o número de projetos ou ações de extensão passou de zero para 12 e chegou a 23. Como os intervalos têm durações diferentes, a média anual oferece uma base adicional de comparação: o número médio de eventos diminuiu de 7,6 para aproximadamente 5,3 e 4,3 por ano, enquanto a média anual das ações de extensão aumentou de zero para três e cerca de 7,7. Em 2021, a soma das duas categorias alcançou 17 registros, o maior total anual indicado. A série documenta o aumento dos registros de extensão e a redução dos eventos, mas não mede o alcance, a continuidade ou os efeitos sociais das iniciativas.

O Quadro 3 evidencia, com base nos registros internos do PPGDR e currículos Lattes consultados, os registros de artigos, livros e capítulos de livros dos docentes do PMDR/PPGDR entre 2010 e 2021. O quadro agrupa a produção em três períodos e distingue as modalidades de publicação consideradas.

Quadro 3. Artigos, livros e capítulos de livros publicados pelo corpo docente do PMDR/PPGDR, de todo o período (2010–2021)

Período	Artigos	Livros	Capítulos de livros	Total

2010–2014	134	10	34	178
2015–2018	234	23	54	311
2019–2021	197	17	28	242
Total	**565**	**50**	**116**	**731**

Fonte: elaboração da autora, com base nos registros internos do PPGDR/UNC e nos currículos Lattes dos docentes consultados, referentes ao período de 2010 a 2021.

O levantamento dos currículos Lattes contabiliza 731 registros de produção bibliográfica entre 2010 e 2021: 565 artigos, 50 livros e 116 capítulos de livros. A série totaliza 178 registros em 2010–2014, 311 em 2015–2018 e 242 em 2019–2021. Como os intervalos têm durações diferentes, a média anual ofereceu uma comparação complementar: o primeiro período registrou aproximadamente 35,6 publicações por ano; o segundo, 77,8; e o terceiro, 80,7. A série apresenta oscilações anuais: o maior total ocorreu em 2016, com 111 registros, enquanto a tabela registrou 61 em 2021. Essa contagem descreve o volume e a composição da produção, mas não avalia, por si só, a produtividade por docente, a qualidade, o impacto ou a vinculação de cada publicação às linhas e aos projetos do PPGDR. A estruturação da Editora UNC, em 2019, ampliou os canais institucionais de publicação de livros, e-books e anais. Esse dado caracteriza a infraestrutura de circulação e não se confunde com o volume da produção docente.

A leitura conjunta dos quadros revela uma trajetória desigual entre as atividades examinadas. A série de projetos alcançou seu maior total em 2019–2021; os registros de extensão aumentaram; o número de eventos diminuiu; e a média anual da produção bibliográfica

permaneceu mais elevada nos dois períodos recentes do que no primeiro. Essa combinação complementa a discussão sobre as linhas de pesquisa e as avaliações da CAPES, mas não estabelece relação causal entre essas dimensões e a elevação do conceito do Programa, nem demonstra efeitos da produção sobre o desenvolvimento regional.

A formação de 140 mestres até 31 de dezembro de 2018, conforme os dados apresentados na proposta de criação do Doutorado, constitui outra evidência da consolidação da capacidade formativa do Programa. Esse resultado deve ser interpretado em conjunto com a reorganização das linhas, a estruturação curricular e a ampliação das atividades de pesquisa. A passagem do Mestrado para o Doutorado representou uma nova etapa de institucionalização, ao estabelecer condições para a continuidade da formação em nível avançado e ampliar o espaço institucional de produção do conhecimento. A trajetória documentada indica, assim, a acumulação progressiva de estruturas de formação e pesquisa, sem que isso implique, automaticamente, expansão equivalente de seus resultados científicos ou territoriais.

4.3. Proposta e Início do Doutorado (2019–2021)

A ficha de avaliação da APCN recomendou a aprovação do Doutorado em 2019. Em 2020, o Parecer CNE/CES nº 111/2020 aprovou o reconhecimento do curso, e a Portaria MEC nº 540/2020 homologou o parecer (Brasil, 2020a, 2020b). Embora a comunicação institucional previsse a oferta do curso em 2020, os registros examinados situam o início da primeira turma em 2021.

A proposta definiu Desenvolvimento Regional como área de concentração, vinculada à área de avaliação Planejamento Urbano e Regional/Demografia, e previu duas linhas: Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; e Ambiente e Dinâmicas Socioeconômicas e Organizacionais nos Territórios. A ficha de avaliação considerou articulados os objetivos, a área, as linhas e a estrutura curricular e reconheceu condições institucionais para a implantação (CAPES, 2019b).

A avaliação quadrienal da CAPES referente a 2017–2020 registrou relativa estabilidade da maioria do corpo docente, sinais de consolidação institucional e padrão de qualidade Muito Bom nos quesitos avaliados (CAPES, 2021b). A ficha de avaliação da APCN também examinou a produção bibliográfica do corpo docente e indicou que 75% da pontuação dessa produção correspondia aos estratos superiores. Além disso, enumerou 5 artigos A1, 14 A2, 18 B1, 11 B2, 9 B3, 2 B4 e 3 B5 (CAPES, 2019b, p. 1–2). Esse percentual se refere à pontuação da produção, e não à proporção de artigos classificados nesses estratos. O registro complementa a trajetória das linhas, dos projetos e da produção apresentada na seção anterior e compõe as evidências consideradas na avaliação da proposta de Doutorado.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do PPGDR/UNC entre 2006 e 2021 identificou três etapas de institucionalização da formação em Desenvolvimento Regional. A primeira corresponde à implantação do Mestrado, em 2006, e ao seu reconhecimento formal, em 2008, período em que a avaliação inicial apontou desafios de integração dos projetos e de focalização da linha de pesquisa. A segunda etapa, entre 2009 e 2018, reúne a criação de uma segunda linha, a organização curricular

e avaliações que registraram maior coerência entre objetivos, área de concentração, linhas e disciplinas. A terceira corresponde à expansão para o Doutorado, cuja proposta foi aprovada em 2019, recebeu reconhecimento formal em 2020 e iniciou a primeira turma em 2021.

A elevação do conceito do Mestrado de 3 para 4 e a formação de 140 mestres até o fim de 2018, conforme os dados da APCN, constituem marcos relevantes da trajetória. A organização curricular, as duas linhas de pesquisa e os registros de projetos também documentam a ampliação das estruturas acadêmicas do Programa. Contudo, conforme exposto no Quadro 1, verificam-se oscilações no número de projetos entre os períodos, indicando que os dados não caracterizam uma expansão contínua.

Por sua vez, os dados apresentados nos Quadros 2 e 3 acrescentam outras dimensões dessa trajetória. Os registros de eventos diminuem entre os períodos analisados, enquanto os de projetos e ações de extensão aumentam. A produção bibliográfica docente apresenta volume mais elevado nos dois períodos recentes, mas oscila entre os anos e não permite, isoladamente, avaliar: produtividade por docente; qualidade, impacto ou vinculação das publicações às linhas e aos projetos do PPGDR.

A análise documental também evidenciou os limites das fontes. Documentos de planejamento e avaliação registram objetivos, estruturas e julgamentos institucionais, mas não demonstram, por si sós, a execução integral das políticas nem os efeitos da produção científica sobre o desenvolvimento regional. A presença de temas relacionados ao Contestado e ao Planalto Norte tampouco permite concluir que o território ocupou posição central em todas as

pesquisas. A análise dessa centralidade e de sua relação com processos regionais exige procedimentos próprios sobre a produção discente.

Em suma, os documentos permitiram reconstruir a implantação do Mestrado, o desenvolvimento de suas estruturas acadêmicas e a expansão para o Doutorado, sem estabelecer relações causais ou impactos que as fontes não comprovam. No que lhe diz respeito, a contribuição deste artigo consiste em documentar a trajetória do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado e identificar como diferentes estruturas de formação e pesquisa se organizaram ao longo do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOISIER, Sergio. Modernidad y territorio. Santiago de Chile: ILPES, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES nº 111/2020, de 19 de fevereiro de 2020*. Reconhecimento de cursos de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na reunião realizada de 20 a 22 de novembro de 2019 (190ª Reunião). Brasília, DF: CNE, 2020a. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12900-pos-graduacao-outros-pareceres. Acesso em: 8 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES nº 165/2006, aprovado em 8 de junho de 2006*. Reconhecimento do

Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Brasília, DF: CNE, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 524, de 29 de abril de 2008. Reconhecimento do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. *Diário Oficial da União*, n. 82, seção 1, Brasília, DF, 30 abr. 2008, p. 52.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 540, de 15 de junho de 2020. Homologa o Parecer CNE/CES nº 111/2020. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2020, p. 57.

CAPES. *APCN nº 526/2019: Proposta de Curso Novo, Doutorado em Desenvolvimento Regional*. Brasília, DF: CAPES, 2019a. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2026.

CAPES. *Avaliação Trienal 2010–2012*. Brasília, DF: CAPES, 2013a. Disponível em: https://www.gov.br/capes. Acesso em: 15 mar. 2025.

CAPES. Coleta de Dados do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, ano-base 2007. *Plataforma Sucupira*. Brasília, DF: CAPES, 2007b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2026.

CAPES. Coleta de Dados do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, ano-base 2010. *Plataforma Sucupira*. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2026.

CAPES. Coleta de Dados do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, ano-

base 2012. *Plataforma Sucupira*. Brasília, DF: CAPES, 2012. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2026.

CAPES. *Ficha de avaliação da proposta de curso novo (APCN) nº 526/2019: Doutorado em Desenvolvimento Regional.* Brasília, DF: CAPES, 2019b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2026.

CAPES. *Relatório de Avaliação 2013–2016: Quadrienal 2017. Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia*. Brasília, DF: CAPES, 2017b. Disponível em: https://www.gov.br/capes. Acesso em: 20 maio 2025.

CAPES. *Relatório de Avaliação Quadrienal 2017–2020: Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia*. Brasília, DF: CAPES, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/capes. Acesso em: 20 maio 2025.

CAPES. *Relatório de Avaliação Trienal 2004–2006: Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia*. Brasília, DF: CAPES, 2010d. Disponível em: https://www.gov.br/capes. Acesso em: 15 mar. 2025.

CAPES. *Relatório de Avaliação Trienal 2010–2013: Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia*. Brasília, DF: CAPES, 2013c. Disponível em: https://www.gov.br/capes. Acesso em: 15 mar. 2025.

CLARK, Burton R. *The higher education system: academic organization in cross-national perspective.* Berkeley: University of California Press, 1983.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Santa Catarina). *Parecer CEDS nº 42, de 22 de maio de 2006*. Aprova a comunicação da implantação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Florianópolis: CEE/SC, 2006.

FERRO, Rafael. Institucionalização da pesquisa em Gastronomia no Brasil: uma análise dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (2004–2020). Ágora, v. 25, n. 1, p. 28–44, 2023. DOI: https://doi.org/10.17058/agora.v25i1.17999.

GUMBOWSKY, Argos; MILANI, Maria Luiza; BAZZANELLA, Sandro Luiz. Memorial 10 anos do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, v. 6, n. 2, edição especial, p. 5–25, jul. 2016. DOI: https://doi.org/10.24302/drd.v6i2.1231. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1231. Acesso em: 8 out. 2026.

MARGINSON, Simon. *Global university rankings and the knowledge economy*. New York: Routledge, 2007

SANTA CATARINA (Estado). Decreto nº 1.531, de 15 de julho de 2008. Reconhecimento do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, n. 18.402, Florianópolis, 15 jul. 2008, p. 3.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TISCHER, Wellington; TURNES, Valério Alecio. Interiorização da Pós-Graduação na Região Sul: dispersão stricto sensu e concentração da excelência. Revista Internacional de Educação Superior, v. 9, e023045, 2023. DOI: https://doi.org/10.20396/riesup.v9i0.8663669.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; BAZZANELLA, Sandro Luiz; GUMBOWSKY, Argos; MARCHESAN, Jairo. O programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (PPGDR/UNC): trajetória, conquistas e desafios. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, *[S. l.]*, v. 13, n. ed.esp., p. 54–66, 2023. DOI: 10.24302/drd.v13ied.esp.5128. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5128. Acesso em: 20 out. 2026.

TREVISOL, Joviles Vitório. As políticas de avaliação da pós-graduação no Brasil: elementos para compreender a formação do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Revista Brasileira de Educação, v. 30, e300029, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300029.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. [*Documento de avaliação institucional do PPGDR, com dados de 2010–2012*]. Mafra: UnC, [s.d.]. Acervo institucional. Endereço público de acesso não identificado na tese.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015–2019*. Mafra: UNC, 2015. Disponível em: https://www.unc.br. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. *Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – PMDR*. Reconhecimento. Disponível em: https://unc.br/ensino/cursos/programa-de-mestrado-em-desenvolvimento-regional-pmdr. Acesso em: 8 out. 2026.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. *Projeto Pedagógico do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional*. Mafra: UNC, 2014. Documento institucional.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. *Resolução UnC-CONSUN nº 019/2012*. Aprova o Regimento Interno do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Mafra: UNC, 2012. Documento institucional.

---

[1] Docente do Curso Superior de Direito da Universidade do Contestado (UNC) campus Concórdia. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UNC) campus Canoinhas. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail